

Brasil, Portugal e a crise do antigo sistema colonial: elementos para a compreensão do conceito moderno de Constituição¹

Brazil, Portugal and the crisis of the ancient colonial system: elements for the understanding of the modern concept of Constitution

David F. L. Gomes²

Resumo: este artigo trata da situação objetiva em que Brasil e Portugal se encontravam no contexto geral da crise do Antigo Regime. Inicialmente, lida-se principalmente com as perspectivas de Caio Prado Júnior e de Fernando Novais. Em seguida, critica-se a insuficiência de uma abordagem baseada apenas na história econômica, embora se reconheça que essa abordagem é, ao mesmo tempo, indispensável. Finalmente, afirma-se que ambas as abordagens – econômica e não-econômica – são fundamentais para a compreensão do conceito moderno de Constituição.

Palavras-chave: Crise do Antigo Regime; Independência do Brasil; Conceito Moderno de Constituição.

Abstract: this paper addresses the objective situation in which Brazil and Portugal were in the general context of the crisis of the Old Regime. At first, it deals mainly with the perspective of Caio Prado Júnior and Fernando Novais. After, it criticizes the insufficiency of an approach based only on economic history, but recognizes that this approach is, at the same time, indispensable. Finally, it states that both, economic and non-economic approaches, are fundamental to the understanding of the modern concept of Constitution.

Keywords: Crisis of the Old Regime; Brazilian Independence; Modern Concept of Constitution.

I – Introdução

¹ O presente artigo corresponde ao capítulo I de minha tese de doutoramento, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, sob orientação do professor Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira: GOMES, David F. L. Gomes. *A Constituição de 1824 e O Problema da Modernidade: O Conceito Moderno de Constituição, A História Constitucional Brasileira e A Teoria da Constituição no Brasil*. Tese (doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2016.

² Bacharel, mestre e doutor em Direito pela UFMG. Professor adjunto A da UFLA.

Nas últimas duas ou três décadas, as mudanças epistemológicas e metodológicas no campo da História como ciência propiciaram o surgimento de contribuições extremamente relevantes para a compreensão do século XIX brasileiro³. Todavia, em não poucos casos essas contribuições vieram acopladas a uma desconsideração de importantes aspectos enfatizados por correntes historiográficas anteriores – principalmente aquelas de orientação marxista. No presente artigo, gostaria de retornar a um dos pontos centrais para os autores que se propuseram a interpretar a história brasileira a partir de uma chave de análise oferecida pelos escritos de Karl Marx: a situação objetiva na qual Portugal e Brasil, assim como as relações entre eles, encontravam-se no momento da Independência brasileira, no horizonte de uma economia capitalista em vias de consolidação.

Todavia, esse retorno, como se verá, não se perde em um elogio ingênuo. Trata-se, antes, de um retorno crítico, que não aceita integralmente as teses de nomes como Caio Prado Júnior e Fernando Novais, mas que as entende como um passo necessário, imprescindível para uma abordagem mais complexa do que foi o processo de separação entre metrópole e colônia.

A relevância dessa discussão para o Direito mostra-se em um argumento que procurei desenvolver em outro lugar⁴: o conceito moderno de Constituição não se compreende adequadamente se não se têm em mente suas conexões internas com o modo de produção capitalista e com as exigências imanentes que derivam de tal modo de produção. Logo, a compreensão da Constituição de 1824, bem como da história constitucional brasileira como um todo, depende em elevada medida da capacidade de se captar a posição específica em que o nascente Brasil estava situado no cenário econômico mundial.

³ Conferir, apenas a título de exemplo, ARAÚJO, Valdeí Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008; CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira da (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 181-205; FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009; GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 137-173; MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura e política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan.: FAPERJ, 2003.

⁴ GOMES, A Constituição de 1824 e O Problema da Modernidade, 2016.

II – Um panfleto célebre

No final de 1820, vinha a público o panfleto que inauguraria o debate em torno da Independência brasileira. Escrito anonimamente em francês e atribuído a François Étienne Raymond Cailhé de Geine, ex-coronel do exército de Napoleão e então informante da Intendência Geral de Polícia da Corte do Rio de Janeiro, o texto expressamente defende que o rei e a família real permaneçam no Brasil, abandonando Portugal e fundando aqui um novo império⁵.

Um dos argumentos determinantes da posição manifestada pelo panfleto, a primeira das seis proposições cuja verdade o autor pretende provar, possui basicamente um caráter econômico: “Que Portugal, em seu estado atual, não pode absolutamente passar sem o Brasil, ao passo que o Brasil não retira, ao contrário, *a menor vantagem* de sua União com Portugal”⁶. Os motivos dessa constatação são simples: as necessidades que o Brasil possui correspondem a artigos fabricados na Europa, mas há uma falta total de fábricas em Portugal. Para além de produtos como vinho, sal e outros pequenos artigos, em nada faria falta a união com a metrópole portuguesa e, mesmo no caso desses produtos, o fim do monopólio e a conseqüente livre concorrência no mercado internacional poderia supri-los sem dificuldades e com melhores preços. Por outro lado, exatamente por causa dessa sua carência industrial, Portugal estava numa situação de extrema dependência da economia colonial para adquirir os artigos correspondentes a suas próprias necessidades por meio do comércio subsequente com países estrangeiros.

⁵ Le Roy et la Famille Royale de Bragançe doivent-ils; dans les circonstances presentes, Retourner en Portugal, ou bien Rester au Brésil? In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1820) 2014, p. 38-47. Sobre a atribuição de autoria a Cailhé de Geine, conferir CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. Introdução ao volume 2. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 16; CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. *Às armas, cidadãos!* – Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 161.

⁶ Tradução livre de: “Que le Portugal, dans son état actuel, ne peut absolument point se passer du Brésil, tandis que le Brésil ne retire au contraire, pas *le moindre avantage* de son Union avec le Portugal”. Le Roy et la Famille Royale de Bragançe doivent-ils; dans les circonstances presentes, Retourner en Portugal, ou bien Rester au Brésil?, (1820) 2014, p. 38, destaques do original.

Com efeito, todas as necessidades do Brasil consistem absolutamente em *artigos fabricados* da Europa e é precisamente fábricas o que falta em Portugal. (...) o maior mal que resultará para os Brasileiros, de uma cisão com Portugal, será pagar o vinho e o sal, esses dois artigos de primeira necessidade, pela metade do preço aos quais se os vendem atualmente.

(...) mas, em caso de uma separação entre os dois Reinos, que poderia enviar Portugal ao Brasil para comprar esses Produtos coloniais tornados uma verdadeira necessidade para seus habitantes? Serão espécies metálicas? Mas como ele não contém nem minas de ouro, nem minas de prata, ele estará brevemente desprovido. Enviará objetos fabricados? Ele não possui Indústrias. Trigo, Farinha? Ele não os colhe talvez para a metade de seu próprio consumo. Ferro, quinquilharias? Mas até o presente ele é obrigado a obtê-los do Estrangeiro e pagá-los com o Ouro do Brasil.⁷

Para uma compreensão adequada do significado profundo desse panfleto, é imprescindível ter-se em mente o fato de se tratar de um texto de orientação política conservadora, isto é, avessa ao movimento liberal iniciado em agosto daquele mesmo ano do outro lado do continente. Cailhé de Geine filia-se à posição que era defendida, internamente à Corte de João VI no Brasil, por Tomás Antônio Vilanova Portugal, absolutista cuja defesa da separação entre colônia e metrópole era fundada na esperança de que um novo império fundado no Brasil mantivesse intactas as bases de legitimação típicas do Antigo Regime, abaladas pela Revolução do Porto.

Se a postura política de Cailhé de Geine representa um apego às velhas práticas e tradições, a argumentação de que ele se valerá para procurar sustentá-la frontalmente a contradiz. Os antigos laços de união entre metrópole e colônia; os antigos laços de honra entre suseranos e vassalos e, mais que tudo, entre o principal dos suseranos, o rei, e todos os seus vassalos; a religião comum; a língua comum; os costumes semelhantes: nenhum desses pontos tem força para manter juntos Portugal e Brasil. É verdade que Cailhé de Geine deixará claro, nas outras cinco proposições que buscará demonstrar, sua crítica às pretensões políticas do Vintismo português, assim como manifestará certa ambiguidade quanto à possível Independência brasileira. Mas o fundamento último para

⁷ Tradução livre de: “En effet tous les besoins du Brésil consistent absolument en *articles fabriqués* d’Europe et c’est précisément de fabriques que manque le Portugal. (...) le plus grand mal qui résulterait pour le Brésiliens, d’une scission avec le Portugal, serait de payer le vin et le sel, ces deux articles de première nécessité, la moitié de prix auxquels on les vend actuellement.

(...) mais en cas d’une séparation entre les deux Royaumes que pourrait envoyer le Portugal au Brésil pour y acheter ces Produits coloniaux devenus un vrai besoin pour ses habitants? Serait-ce des espèces métalliques? mais comme il ne contient ni mines d’or, ni mines d’argent, il serait bientôt totalement dépourvu. Enverrait-il des objets fabriqués? Il est sans Industrie. Du Blé, de la Farine? Il n’en recolte pas peut-être pour la moitié de sa propre consommation. De fers, de la quincaillerie? mais jusques à présent il a été obligé de les tirer de l’Étranger et les payer avec l’Or du Brésil.” Le Roy et la Famille Royale de Bragança doivent-ils; dans les circonstances présentes, Retourner en Portugal, ou bien Rester au Brésil?, (1820) 2014, p. 39, destaques do original.

a defesa de que o rei e sua família real permaneçam no Rio de Janeiro, a proposição que é preciso, antes de todas, provar, diz respeito tão-só à sustentabilidade, à autonomia, à independência econômica do Brasil em face de Portugal. É ela que, colocando em segundo plano todo um conjunto de relações sociais e de configurações de mundo típicas do Antigo Regime, pode, aparentemente, ainda salvá-lo.

Aos menos em parte, Cailhé de Geine tinha razão. O conjunto de gráficos e tabelas apresentado e analisado por Fernando Novais, construído a partir das balanças de comércio portuguesas do fim do século XVIII e do início do século XIX, fornece uma segura base objetiva para essa afirmação.⁸

Em Portugal, aquele período histórico assistiria à emergência e à relativa consolidação de um “mercantilismo ilustrado”:

O termo “economia civil” do texto de Vandelli, por outro lado, aponta para um autor – Antonio Genovesi – de larga influência em toda essa constelação intelectual; ora, o ‘Genuense’ tantas vezes citado nas memórias, (...) o primeiro a reger uma cátedra de economia (Universidade de Nápoles) pode considerar-se um mercantilista moderado. Rejeitando um metalismo estreito (...), entende que “nada tem tanta eficácia como o comércio, regulador dos interesses humanos”, donde se segue que “quando uma nação não tem comércio é coisa manifesta que, por excelentes e boas que sejam as demais disposições acerca das artes e manufaturas, hão de ser inúteis”. (...) Era sobre essa base que se cruzavam as influências inglesas (clássicos) e francesas (fisiocratas) para conformar a mentalidade econômica dos ilustrados portugueses: o resultado foi um mercantilismo bafejado pelas luzes, o *mercantilismo ilustrado*.⁹

Esse “mercantilismo ilustrado” não se reduziu a uma mera nova “mentalidade econômica”:

A tomada de consciência da situação, pelos ilustrados do fim do século XVIII e início do XIX, não se restringiu, portanto, a uma análise interpretativa dos problemas; deu lugar a uma tomada de posição, ao delineamento de todo um esquema de política colonial, em suma, diretrizes de ação.¹⁰

Logo, sendo tanto modo de interpretação do mundo quanto diretrizes de ação no mundo, o “mercantilismo ilustrado” português geraria seus resultados, precipuamente – de um ponto de vista estritamente econômico – aqueles cuja materialização pode ser visualizada nos gráficos e tabelas de F. Novais.

⁸ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 9a. ed. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 285-298, 306-391.

⁹ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 229-230, destaques do original.

¹⁰ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 239.

O ponto de viragem situa-se entre os anos de 1787 e 1796. Nesse intervalo, ocorre uma inversão do quadro geral da balança comercial portuguesa. Até ali, ela se mantivera, em regra, superavitária nas relações com as colônias e deficitária nas relações com outros países. A partir daquele momento, ela passaria gradativamente a deficitária em face das colônias e a superavitária em face de outros países. A balança favorável diante dos outros países compensava, pois, a balança desfavorável diante das colônias.

Esse quadro geral, porém, comportava alguns detalhes sem os quais a pintura não fica completa. No que se refere a outros países, a Inglaterra detinha posição dominante no comércio com o reino português e, no que se refere às colônias de Portugal, o Brasil é que ocupava a posição dominante, ainda mais destacada, em termos proporcionais, do que a da Inglaterra.

Por conseguinte, a compensação entre superávit no comércio internacional e déficit no comércio colonial não culminava simplesmente num jogo de soma zero. Afinal, o fator determinante a permitir toda essa dinâmica – capaz, sem dúvida, de expressar certa imagem de prosperidade, como desejado pelo “mercantilismo ilustrado” daquele tempo – era a exportação, de Portugal para outros países, de produtos levados do Brasil para Portugal.

Os resultados do “mercantilismo ilustrado” português eram, portanto, resultados ambíguos. Portugal, de alguma maneira, conseguira reerguer-se nas relações comerciais com outras nações europeias, mas essa maneira por meio da qual ele se pôde reerguer era uma dependência econômica crescente em face de sua principal colônia. É essa a base objetiva para a constatação de Cailhé de Geine.

Contudo, se a relação entre o célebre panfleto de 1820 e a situação econômico-comercial vigente à época é nítida, fica faltando explicar o que levou àquela situação econômica e, dentro dela, à elaboração e à publicação daquele panfleto. Essa explicação, para ser satisfatória, exige situar o que acontecia naquele momento histórico e naquele lugar geográfico em um horizonte cronológico dilatado e em um cenário territorial expandido.¹¹

¹¹ A articulação entre fato local e processos gerais em curso numa dimensão global é assumida expressamente por Fernando Novais como premissa metodológica: NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 3-5. Esse é também o motivo maior de sua admiração pela obra de Caio Prado Júnior: NOVAIS, Fernando. Entrevista. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. Entrevista com Fernando Novais e posfácio de Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 411-414.

III – O antigo sistema colonial, seu desenvolvimento internamente contraditório e sua crise

A unificação nacional e a centralização política precoces atuaram historicamente como fatores do vanguardismo ibérico na expansão marítima que redefinirá a geografia econômica do mundo e marcará a abertura dos "Tempos Modernos"¹². Em meados do século XVII, todavia, após sucessivos conflitos internos e no contexto de emergência de outras potências como Inglaterra e França, Espanha e Portugal passam a ocupar uma posição secundária no equilíbrio internacional. Se, no entanto, seu poder político diminui drasticamente, suas possessões coloniais, em geral, permanecem intocadas. O motivo para tanto reside no sistema de alianças que tanto Espanha quanto Portugal estabelecerão. Quanto a este, a aliança que se consolidará será, na verdade, uma velha parceria: desde a primeira dinastia portuguesa já é possível encontrar vestígios da aliança com a Inglaterra¹³. Acompanhada de uma mudança no eixo predominante da economia colonial portuguesa – de um eixo oriental para um eixo atlântico –, a aliança inglesa permitirá a Portugal atravessar os séculos XVII e XVIII e chegar ao século XIX sem perder sua condição de reino independente e sem abrir mão de seus principais domínios ultramarinos, sobretudo o Brasil:

Destarte, pela sua inserção no sistema das alianças europeias, explorando frequentemente com muita habilidade os conflitos entre as grandes potências, através de cedência de privilégios comerciais, na metrópole e no ultramar, de um lado, e de outro, reorganizando o espaço de sua ação política e econômica, pôde Portugal superar uma fase particularmente difícil de sua história, mantendo a independência e preservando a maior e melhor porção de seus domínios ultramarinos – e é nessas condições que se abre o século XVIII para a nossa história. Em suma, persistência da aliança inglesa e economia atlântica são os elementos definidores da nova situação.

(...)

Assim a pequena monarquia peninsular atravessou sem perder os seus domínios ultramarinos a fase de mais aguda tensão da época moderna, até a crise final do Antigo Regime.¹⁴

¹² NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 17.

¹³ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 19.

¹⁴ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 19 e 49, respectivamente.

Não deixa de ser esdrúxulo o todo que se dá a ver: um pequeno reino, desprovido quase que completamente de relevância militar e de força política, como sede de um vastíssimo império colonial. F. Novais interpreta esse descompasso como já sendo um primeiro elemento de crise do antigo sistema colonial:

a defasagem entre a posição política e econômica das metrópoles ibéricas no quadro do equilíbrio europeu e a extensão e importância comercial de seus domínios ultramarinos só se pôde manter até o fim do século XVIII graças à rivalidade entre as potências ascendentes, Inglaterra e França. Tal situação, até certo ponto artificial, foi possível enquanto os *conflitos* se desenvolveram dentro dos quadros de possibilidades do Antigo Regime e do Sistema Colonial mercantilista; quando, a partir da independência das colônias inglesas, *é o próprio sistema que entra em crise*, a situação não mais se sustenta.¹⁵

Mas em que consistiria essa crise? A resposta a tal pergunta passa necessariamente pelo enfrentamento de uma questão anterior: em que consistiria, no fim das contas, o antigo sistema colonial? F. Novais define-o com as seguintes palavras:

Numa primeira aproximação, o sistema colonial apresenta-se-nos como o conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, num dado período da história da colonização; na Época Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, parece-nos conveniente chamar essas relações, seguindo a tradição de vários historiadores (Beer, Schuyler, Lipson), *Antigo Sistema Colonial* da era mercantilista. E já esta primeira abordagem, ainda puramente descritiva, permite-nos estabelecer para logo uma primeira distinção de não somenos importância. Nem toda colonização se processa, efetivamente, dentro dos quadros do sistema colonial; fenômeno mais geral, de alargamento da área de expansão humana no globo, pela ocupação, povoamento e valorização de novas regiões (...), a colonização se dá nas mais diversas situações históricas. Nos Tempos Modernos, contudo, tal movimento se processa travejado por um sistema específico de relações, assumindo a *forma mercantilista de colonização*, e esta dimensão torna-se para logo essencial no conjunto da expansão colonizadora europeia. Noutras palavras, *é o sistema colonial do mercantilismo* que dá sentido à colonização europeia entre os Descobrimientos Marítimos e a Revolução Industrial.¹⁶

Por definição, sistema colonial, como conceito, liga-se umbilicalmente ao mercantilismo e, em consequência, às engrenagens que lhe dão estrutura e dinâmica. Lado a lado com o metalismo, o protecionismo, o fomento demográfico, a busca por uma constante balança comercial favorável, as colônias “se deviam constituir em fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole”, “em retaguarda econômica da

¹⁵ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 55, destaques do original.

¹⁶ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 57-58, destaques do original.

metrópole”, garantindo a “autossuficiência metropolitana, meta fundamental da política mercantilista, permitindo assim ao Estado colonizador vantajosamente competir com os demais concorrentes”¹⁷.

Sem dúvida, esse modelo raramente encontrou, se é que encontrou, correspondência plena na concretude histórica, mas é ele que possibilita compreender a tônica geral e a lógica interna do sistema colonial que se desenrola entre os séculos XVI e XIX. Aquilo que Caio Prado Júnior chamou de “sentido da colonização”¹⁸ não é outra coisa que essa lógica interna: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia europeia – eis, no fundo, o ‘sentido da colonização’¹⁹, sentido que, para F. Novais, exige a matização dos modelos puros de “colônias de povoamento” e “colônias de exploração” na medida em que assenta a colonização exploratória como referência básica e condição de possibilidade explicativa tanto do que seriam as “colônias de exploração” quanto do que seriam as “colônias de povoamento”, bem como da distinção relativa entre elas.

Se o sistema colonial significa, na prática, a subserviência da colônia aos interesses comerciais da metrópole²⁰, o que se institucionaliza por meio do “exclusivo metropolitano”, a determinação do que será produzido pela colônia deriva dessa subserviência: a produção colonial estará concentrada em produtos tropicais, que encontram uma demanda ativa ou latente na Europa, acrescidos, claro, dos metais nobres imprescindíveis segundo a ótica mercantilista²¹.

Mas, além de determinar o que será produzido, o sistema colonial determina também o modo como se produzirá. Embora signifique a expansão do modelo comercial europeu pelo mundo, consistindo na expansão da economia de mercado, entre colônia e metrópole não se tratava de um comércio como outro qualquer, mas de um comércio cuja finalidade é oferecer à metrópole o mais elevado lucro possível. Para tanto, não bastava produzir apenas o que tivesse vazão assegurada no mercado europeu, sendo necessário igualmente reduzir ao máximo possível os custos da produção. É essa necessidade que levará ao estabelecimento de formas compulsórias de trabalho dentro

¹⁷ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 59, 61 e 61-62, respectivamente.

¹⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. Entrevista com Fernando Novais e posfácio de Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 13-29. Conferir também MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 31. Para uma crítica a esse conceito, conferir NOVAIS, Entrevista, 2011, p. 414-415.

¹⁹ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 68.

²⁰ MATTOS, O Tempo Saquarema, 2004, p. 31.

²¹ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 92-93.

das colônias europeias, formas que, no limite, culminarão no mais puro e bruto escravismo. Some-se essa necessidade sistêmica a questões religiosas e culturais no tocante à população indígena, bem como às dificuldades ligadas a seu apresamento e transporte, adicione-se por fim o caráter altamente lucrativo do tráfico negreiro e as circunstâncias geográficas do território²², e ter-se-á diante dos olhos a escravidão negra no Brasil, uma das principais instituições, não somente econômica, mas também social e política, do que viria a ser o futuro país independente.

Essas repercussões internas do sistema colonial na conformação do que era a colônia e do que seria o Brasil é, a propósito, o que Caio Prado Júnior enfatiza na definição que dá para a expressão:

Note-se que emprego esta expressão, “sistema colonial”, não no sentido restrito do regime de colônia, de subordinação política e administrativa à metrópole; mas no de conjunto de caracteres e elementos econômicos, sociais e políticos que constituem a obra aqui realizada pela colonização, e que deram no Brasil.²³

A relação conceitual intrincada entre sistema colonial e mercantilismo, conquanto esclarecedora, traz consigo um novo problema, isto é, a definição conceitual agora do mercantilismo. Em si mesma, essa definição é alcançada por meio dos elementos que definem a estrutura e o funcionamento dos Estados que operam conforme a perspectiva mercantilista. Como citado acima, metalismo, protecionismo, fomento demográfico e busca por uma balança comercial constantemente favorável são os principais dentre esses elementos. Entretanto, essa é uma definição incompleta, posto que não leva em consideração a relação entre o mercantilismo, com os elementos que o formam, e aquilo que na história econômica existiu antes e veio depois dele. Uma consideração histórica como essa torna possível perceber que o mercantilismo representa, a um só tempo, uma ruptura progressiva com o feudalismo que o antecede e uma antecipação de características do modo de produção capitalista que mais tarde se consolidará. Em outras palavras, como transição entre modo de produção feudal e modo de produção capitalista consolidado, o mercantilismo é, ao mesmo tempo, a primeira fase desse novo modo de produção, fase na qual já atua em algum grau a lógica interna que o definirá posteriormente e atua precisamente criando as condições para sua própria expansão.

²² NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 97-106.

²³ PRADO JÚNIOR, Formação do Brasil Contemporâneo, 2011, p. 380.

Sendo o mercantilismo um elemento fundamental para o processo que K. Marx chamará de acumulação primitiva de capital²⁴, processo sem o qual o salto empírico definitivo em direção à consolidação do modo de produção capitalista – a saber, a Revolução Industrial – não pode acontecer, e sendo o sistema colonial definido por sua relação de dependência conceitual interna com o mercantilismo, a conclusão impõe-se de maneira inelutável:

Examinada, pois, nesse contexto, a *colonização* do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento da acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil. (...) Completa-se, entretantes, a conotação do sentido profundo da colonização: *comercial e capitalista*, isto é, *elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno*.²⁵

Mais à frente, continua F. Novais:

assim, pois, o sistema colonial em funcionamento, configurava uma *peça da acumulação primitiva* de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu. Com tal mecanismo, o sistema colonial ajustava, pois, a colonização ao seu sentido na história da economia e da sociedade modernas.²⁶

De um lado, o exclusivo metropolitano define a produção colonial, ao passo que monopoliza tanto a colocação dessa produção no mercado externo quanto o que será oferecido no mercado interno das colônias. A um só tempo, fica definido também o modo como essa produção acontecerá, o tipo de trabalho aplicado nela – em regra, trabalho compulsório e, no caso do Brasil, trabalho escravo africano. Tudo isso deve servir ao desenvolvimento da metrópole, ao desenvolvimento de uma economia de mercado – uma economia de trocas livres – àquela altura da história em franco crescimento na Europa, ainda que com momentos de crise. O tabuleiro está montado. Não é difícil antever os movimentos das peças nem as tensões que inevitavelmente emergirão a partir daí.

²⁴ Conferir MARX, Karl. *O Capital* – Crítica da economia política. L. 1, O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785-833. Trata-se do capítulo 24 do livro I d'O Capital, intitulado justamente “A assim chamada acumulação primitiva”. Para esse mesmo tema, contudo, é imprescindível a leitura também do capítulo seguinte, que fecha o livro I d'O Capital, intitulado “A teoria moderna da colonização”: MARX, O Capital, L. I, 2013, p. 835-844.

²⁵ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 70, destaques do original. Conferir também MATTOS, O Tempo Saquarema, 2004, p. 31.

²⁶ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 92, destaques do original.

Internamente às colônias, o trabalho compulsório organizava uma sociedade com uma elevadíssima concentração de renda e, em decorrência disso, com uma limitação a seu mercado interno²⁷. A exploração que era feita no território colonial resultava em capitais que se iam acumular nas metrópoles europeias. Dentre elas, é na Inglaterra que acontecerá, por razões que ultrapassam o escopo do presente texto, a canalização desse capital acumulado para um conjunto de processos que levarão o modo de produção capitalista a um novo estágio de seu desenvolvimento, estágio no qual, razoavelmente amadurecido, ele poderá consolidar-se e continuar a expandir-se segundo sua própria lógica. Esse conjunto de processos, que ficará conhecido como Revolução Industrial, escancarará a ampla gama de contradições que, desde o início, emaranham-se no sistema colonial e no mercantilismo.

Porquanto o novo estágio do capitalismo possibilitará uma produção em escala exponencialmente ampliada, os mercados até então existentes não mais serão suficientes para recepcionar toda essa produção. Ao mesmo tempo, para uma produção em escala ampliada, tanto uma quantidade absurdamente maior de matéria prima quanto uma quantidade aumentada de metais que possam funcionar como dinheiro são indispensáveis²⁸. Ademais, a dinâmica que se vai estabelecer nesse novo estágio industrial não se coaduna com o tempo e com os custos perdidos em transações nas quais intervêm diversos agentes econômicos: da colônia para a metrópole, da metrópole para a sede do novo capitalismo industrial. Por tudo isso, o exclusivo metropolitano,

²⁷ Não é que não tenha havido, entre os extremos formados por escravos e senhores em contraposição, trabalhadores livres na ordem escravocrata. Mas, por um lado, seu contingente era bastante diminuto e, por outro, mesmo eles – sua posição social, as tarefas de que se ocupavam, suas possibilidades de atuação política – eram definidos dentro e a partir das linhas de força do escravismo, imposto, por seu turno, como exigência interna ao capitalismo comercial e à acumulação primitiva que nele se desenrola. Para o que interessa neste ponto do texto, a existência desses trabalhadores não altera em praticamente nada as condições do mercado interno colonial. Conferir NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 111; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4a. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

²⁸ Sobre a necessidade do trabalho assalariado – que, entre outras coisas, permite uma ampliação do mercado interno – e de uma massa suficiente de metais preciosos para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, K. Marx escreve: “O modo de produção capitalista – assim como sua base é o trabalho assalariado, também o é o pagamento do trabalhador em dinheiro e, em geral, a transformação das prestações *in natura* em prestações monetárias – só se pode desenvolver em grande escala e com maior profundidade em países que dispõem de uma massa de dinheiro suficiente para a circulação e o entesouramento (fundo de reserva etc.) que esta última acarreta. Esse é o pressuposto histórico, ainda que isso não deva ser entendido como se antes se formasse uma suficiente quantia em tesouro e, em seguida, tivesse início a produção capitalista. O que ocorre, diferentemente disso, é que essa quantia entesourada é formada de modo concomitante às suas condições de existência, e uma dessas condições é uma oferta suficiente de metais preciosos. Daí que a oferta aumentada de metais preciosos a partir do século XVI constitua um momento essencial na história do desenvolvimento da produção capitalista”. MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política*. L. II, O processo de circulação do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 440.

pedra fundamental de todo o sistema colonial, passará a encontrar cada vez mais resistência dos países que estão à frente no processo de transição de um capitalismo comercial para um capitalismo industrializado, principalmente, por suposto, da Inglaterra.

O que é necessário destacar é o caráter interno das contradições que se vão estabelecendo. O sistema colonial possibilitará – não sozinho, mas com grande parcela de responsabilidade – a acumulação de capitais que sedimentará, aos poucos, as bases para uma revolução completa das forças produtivas e das relações de produção. Enquanto essa revolução radical está em processo de incubação, o sistema colonial não só não aparece como um obstáculo, mas é também necessário ao progressivo amadurecimento das condições para tal mudança estrutural profunda. À medida que essa mudança vai ocorrendo e se consolidando, porém, revela-se a contradição inextirpável entre desenvolvimento capitalista e sistema colonial mercantilista. Até aquele momento, a transferência de capitais, metais preciosos e matérias primas das colônias para o foco da industrialização via interferência metropolitana e a transferência de produtos dos países avançados no processo de industrialização para os mercados internos coloniais por essa mesma via não era um problema de maior magnitude. E a incipiência desses mercados internos, derivada da organização produtiva sobre a base do trabalho compulsório, era um efeito colateral das exigências internas ao processo de acumulação do capital a que o sistema colonial serve. A partir daquele momento, todavia, passando a não ser mais sustentável a conciliação entre capitalismo e sistema colonial mercantilista, uma vez que o capitalismo abandona sua fase mercantilista em direção ao industrialismo no qual se pode revelar em toda a crueza de seu esplendor, a limitação do mercado interno ocasionada pelo trabalho compulsório e a interveniência metropolitana tornam-se um estorvo, um amálgama de mecanismos que atravanca a continuidade do processo que ele mesmo, por séculos, preparou.

F. Novais sintetiza:

Se recordarmos, agora, o que indicamos antes a propósito do capitalismo comercial como fase intermediária entre a desintegração do feudalismo e a Revolução Industrial, o *sistema colonial* mercantilista apresenta-se-nos atuando sobre os dois pré-requisitos básicos da *passagem para o capitalismo industrial*: efetivamente, a exploração colonial ultramarina promove, por um lado, a primitiva acumulação capitalista por parte da camada empresarial; por outro lado, amplia o mercado consumidor de produtos manufaturados. Atua, pois, simultaneamente, de um lado, criando a possibilidade do surto maquinomanufatureiro (acumulação capitalista), por outro lado a sua necessidade (expansão da procura dos produtos manufaturados). Cria-se,

assim, os pré-requisitos para a Revolução Industrial – processo histórico de emergência do capitalismo. Assim, pois, chegamos ao núcleo da *dinâmica do sistema: ao funcionar plenamente, vai criando ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação.*

Este o mecanismo básico da crise, na sua dimensão estrutural.²⁹

Completa-se, com isso, o circuito de conceitos: sistema colonial, mercantilismo, capitalismo, crise. O sistema colonial não se compreende fora de sua relação interna com o mercantilismo; que nada mais é do que uma primeira fase do capitalismo; que, para alcançar o estágio no qual se pode impor conforme sua própria lógica, exige internamente o mercantilismo, com o sistema colonial a ele umbilicalmente ligado, como fase de acumulação primitiva de capitais que propiciarão as bases para a revolução das forças produtivas; ao avançar esse processo de acumulação e ir cumprindo seu propósito – ou seja, a mudança estrutural nas forças produtivas – mercantilismo e sistema colonial passam de necessários ao capitalismo a obstáculos à continuação de seu desenvolvimento. Está posta a crise:

Crise do sistema colonial é, portanto, aqui entendida como o conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles europeias.³⁰

É esse circuito conceitual que permite entender como os acontecimentos locais e datados de Brasil e Portugal se situam numa cronologia dilatada e numa territorialidade expandida. Mas, se esse circuito conceitual e os fenômenos históricos que por meio dele se podem apreender são um passo sem o qual não se explica adequadamente a situação econômica vigente no início do século XIX e, no interior dela, a elaboração e a publicação do panfleto de Cailhé de Geine, outros passos precisam ser dados para que essa explicação esteja minimamente completa.

IV – A crise e as condições objetivas para a ruptura do pacto colonial

Se o que está em tela é a crise do sistema colonial como um todo, em primeiro lugar, ela não atinge só Portugal e Brasil. Em segundo lugar, atingindo países distintos, ela será vivenciada por cada qual de maneiras distintas. Em terceiro lugar, o

²⁹ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 114.

³⁰ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 13.

“mecanismo básico da crise, na sua dimensão estrutural”³¹, está explicitado; no entanto, esse mecanismo básico passará por uma série quase infinita de difrações e é somente por causa dessas difrações que se poderá concluir que o sistema colonial como um todo, e não uma ou outra de suas partes apenas, encontra-se em crise. Em quarto lugar, como a crise é gerada pelo funcionamento do sistema, ela não explode sem aviso prévio para, com um único golpe, desmontá-lo e colocar alguma outra coisa em seu lugar:

Antes, porém, que se esgotassem as possibilidades do sistema, isto é, antes que se atingissem os limites da exploração colonial, já as tensões geradas por esses mecanismos de fundo impõem reacomodações, alterações, mudanças que vão comprometendo o sistema colonial. Noutras palavras, não foi preciso que o capitalismo industrial atingisse seus mais altos graus de desenvolvimento e expansão para que o sistema colonial – colonialismo-escravista – entrasse em crise; bastou o primeiro arranque. Foram suficientes os primeiros passos da revolução industrial.³²

Por conseguinte, os fatos locais e datados de Brasil e Portugal, em que pese guardarem relação com fenômenos estruturais de longa duração temporal e de amplo alcance geográfico, terão peculiaridades que só se fazem inteligíveis quando se levam em conta fatores específicos da história de cada um desses, futuramente, dois países, das relações entre eles e das relações de cada um deles com outras nações, fatores que se desdobram, sobretudo, no transcurso do século XVIII, ora mais lenta, ora mais aceleradamente.

Uma linha fundamental de tensão que se vai impondo como difração da contradição estrutural básica é, como não poderia deixar de ser, entre os grupos de interesses ligados à manutenção do sistema colonial e aos lucros do capitalismo mercantil e os grupos de interesses ligados ao emergente capitalismo industrial. Os resultados dessa linha de tensão serão paradoxais: no momento em que o sistema colonial vai passando a representar um entrave ao desenvolvimento capitalista, os grupos cuja atividade lucrativa são essencialmente vinculadas a esse sistema e ao mercantilismo do qual ele é uma das engrenagens mestras forçam o seu recrudescimento, de forma que quanto mais o sistema colonial mercantilista obstaculiza o desenvolvimento do capitalismo industrial, mais ele, sistema colonial, vai sendo enrijecido.³³

³¹ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 114.

³² NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 114-115.

³³ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 122.

Essa linha de tensão manifestar-se-á inclusive dentro da Inglaterra, ajudando a explicar porque é exatamente nos anos que imediatamente antecedem a Revolução Americana que mais fortemente se procuram colocar em atuação práticas tipicamente colonialistas entre Inglaterra e suas 13 colônias na América do Norte.

No que tange a Brasil e Portugal, porém, as difrações pelas quais passará essa linha de tensão, ela mesma já difratada em relação àquele mecanismo básico de contradição estrutural, recebe o influxo da posição que Portugal – e também Espanha – ocuparão no século XVIII em face das outras potências europeias: um inegável atraso³⁴.

Em consequência, duas tendências convergem na segunda metade do século XVIII para que se ponha em xeque, cada vez mais, o sistema colonial como um todo: a crescente pressão inglesa pelo desfazimento do exclusivo metropolitano e pelo fim do trabalho compulsório e o reforço do monopólio colonial, com tudo o que ele implica, no contexto dos esforços de recuperação e desenvolvimento econômico de Portugal e Espanha, os dois maiores impérios coloniais.³⁵

Afinal, "[n]ão se formaram, efetivamente, em Portugal, no período intermediário, isto é, precisamente na época mercantilista, os pré-requisitos da industrialização moderna"³⁶. Logo, naquele momento em que a constatação do atraso faz-se impossível de ser afastada, o caminho que parece natural é o reforço das relações colonialistas para que possa finalmente Portugal retornar à grandeza do tempo das primeiras navegações.

O “mercantilismo ilustrado” português, acima trabalhado, não foi senão a formulação teórica dessa situação portuguesa, das razões que a haviam determinado e das propostas de solução que deveriam ser encaminhadas. Seus resultados ambíguos decorrem do fato de que o caminho para o reerguimento de Portugal era entendido como passando necessariamente pelo fortalecimento e pela depuração do sistema colonial, sendo que essa tentativa de fortalecimento só poderia, naquele contexto, aprofundar ainda mais a crise do sistema: de um lado, aumentava a dependência metropolitana em face de sua principal colônia; de outro, frente ao recrudescimento do exclusivo metropolitano, a alternativa inglesa será forçar insistentemente a ruptura do pacto colonial.

³⁴ Sobre as razões do atraso econômico português, com ênfase nas razões oriundas das estruturas sociais profundas, e sobre os obstáculos que essas estruturas representavam para a assimilação dos estímulos gerados pela própria exploração colonial, conferir NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 198-211.

³⁵ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 123.

³⁶ NOVAIS, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 2011, p. 123.

Agora, sim, está minimamente completa a explicação da situação econômica vigente naquele início de século XIX. As posições ficam claras: Portugal, atrasado perante outras potências europeias, procura, sobremaneira a partir da segunda metade do século XVIII, retomar sua antiga prosperidade. Para tanto, busca reforçar a exploração colonial dentro dos quadros típicos da concepção mercantilista, ainda que mesclada com luzes de um incipiente liberalismo clássico ou fisiocrata. Daí deriva uma dependência crescente diante do Brasil. Além disso, essa busca pelo enrijecimento da exploração colonial tem lugar num contexto em que a Inglaterra, tendo canalizado a riqueza extraída das colônias, direta ou indiretamente, para investimentos tecnológicos que resultariam na Revolução Industrial, começa a sentir os entraves que a manutenção do sistema colonial representava para a continuação de seu desenvolvimento.

Se até ali tinha sido possível à diminuta monarquia portuguesa preservar seu vasto império colonial, a partir dali a aliança inglesa, principal mola política a permitir aquela preservação, atuaria em outra direção. Como dito acima³⁷, é somente dentro da moldura de possibilidades do Antigo Regime e do sistema colonial mercantilista que a desproporção entre a força política e militar de Portugal e seu território colonial pode manter-se. Esgotada essa moldura de possibilidades, chegada a crise à sua fase aguda, aquela desproporção não é mais sustentável. Objetivamente, estão dadas as condições para o processo de Independência do Brasil.

V – Das condições objetivas à realização efetiva: a pluralidade de posições em torno da proposta de Independência do Brasil

Entre as condições de possibilidade objetivas de um acontecimento e sua realização efetiva no mundo há sempre, contudo, uma distância que para ser vencida depende de sucessivas mediações tanto de ordem subjetiva quanto de ordem ainda objetiva, embora em outras escalas.

No caso do Brasil, uma mediação objetiva crucial para o desdobramento do processo de emancipação jurídico-política será a vinda da família real portuguesa para seu território. Certamente, esse fator não pode ser tomado como causa determinante da Independência brasileira, e não falta quem afirme, desde os contemporâneos ao

³⁷ Conferir citação correspondente à nota de rodapé número 15 deste artigo.

ocorrido, que, na verdade, a transferência da Corte de Portugal para o Brasil mais retardou do que acelerou a separação entre metrópole e colônia:

O Brasil ia entrar na lide necessária de emancipação, quando o Ente Supremo, (talvez por que os crimes do povo não enchiam ainda a medida da sua justa indignação, talvez! Não digo bem, foi só por isso) deputou o Soberano para este País, e ei-lo em um momento Monarquia (...).³⁸

Mas, feito o traslado, reorganizada em solo brasílico a Corte de Portugal, sua presença significará uma condição ineludível do processo inteiro que culminará na ruptura dos laços coloniais e dará a esse processo um colorido extremamente singular.

É no horizonte dessa singularidade que o panfleto de Cailhé de Geine pôde ser elaborado e publicado. Cômico da realidade econômica de Brasil e Portugal à época, o panfleto expressamente aceita o fim dos liames coloniais. Mais do que isso, defende que a Corte portuguesa, por sua conta, abra mão desses liames, estando ela, porém, não na metrópole, mas na colônia. Aos olhos de Cailhé de Geine, reconhecer a insustentabilidade do sistema colonial parecia o melhor caminho para salvaguardar o Antigo Regime. O rei e sua família não deveriam deixar o Brasil, deveriam continuar no Rio de Janeiro, onde “Sua Majestade pode conservar sua autoridade Real toda por inteiro (...) e fundar um Império florescente de muito grande peso na Balança política do mundo”³⁹.

Não cabe aqui uma discussão aprofundada sobre até que ponto era possível ainda salvar o Antigo Regime⁴⁰. Antes, o que eu gostaria de mostrar é que a compreensão da questão econômica envolvida na sucessão de eventos que vão desde a Revolução do Porto, em agosto de 1820, até a proclamação da Independência do Brasil e a outorga da Constituição de 1824 não estava restrita a alguém próximo aos círculos palacianos como Cailhé de Geine. Não era uma percepção privilegiada: ao contrário, não é exagero dizer, tratava-se de uma percepção bastante difundida.

³⁸ Tresgeminoscopolitas [José Silvestre Rebelo]. Carta ao redator da Malagueta. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 454.

³⁹ Tradução livre de: “Sa Majesté peut conserver son autorité Royale tout entière (...) et y fonder un Empire florissant d’un très grand poids dans la Balance politique du monde”. Le Roy et la Famille Royale de Bragance doivent-ils; dans les circonstances presentes, Retourner en Portugal, ou bien Rester au Brésil?, (1820) 2014, p. 38.

⁴⁰ Conferir GOMES, A Constituição de 1824 e O Problema da Modernidade, 2016, capítulo IV.

Ainda em 1820, na “Carta do Compadre de Belém ao redactor do Astro da Lusitania dada à luz pelo Compadre de Lisboa”, Manuel Fernandes Tomás, valendo-se do pseudônimo de O Impostor Verdadeiro, escreve:

O que sobretudo eu reputava objeto de grande consideração para se tratar já, eram as reformas nas pessoas, e nas coisas. Que elas devem fazer-se, é para mim um artigo de fé; e creio que em Portugal não haverá homem tão falto de juízo, que se persuade de que os bens públicos hão de continuar a ser dados, possuídos e administrados a título de meras contemplações, filhas de superstição do orgulho, e da ignorância – Que a Agricultura há de continuar a ser oprimida com o peso dos direitos, tributos, e regalias, que só servem de manter no ócio, e quase sempre no crime aquele a que as desfruta, e goza com ofensa da razão, e dos direitos que o homem adquire na sociedade.⁴¹

Se esse era um panfleto impresso em Lisboa, embora reimpresso no Brasil no ano seguinte, dois anos depois os ecos da questão seguiam ressoando do lado de cá do Atlântico:

De que aproveitaram pois a uma pequena Nação circunscrita em País, cuja superfície se estende apenas a 3.555 Léguas quadradas, tantas e tão incalculáveis riquezas? A agricultura, que felicita os povos, e é a mãe da abundância, retrogradou a passos largos, as manufaturas não ousaram aparecer com lustre em tempo algum; e o Comércio só teve força de transmitir para as Nações Estrangeiras a riqueza Nacional.⁴²

Pouco à frente, Manuel Pinto Ribeiro de Sampaio, assinando apenas com as iniciais de seu nome o texto intitulado “Verdades sem rebuço”, publicado no Rio de Janeiro em março de 1822, conclui:

Quando uma Nação não tem providência, não economiza as suas Riquezas, não olha para o Comércio exterior, e para os rendimentos que lhe vão de fora sem troco de Capitais, como são quase todos resultantes das Colônias; e não dá enfim a superabundância dos seus rendimentos anuais a necessária direção em favor da agricultura, das manufaturas, e do Comércio interior auxiliando estes três ramos de prosperidade com boas estradas, canais navegáveis, e outras muitas e necessárias providências, como tem sido o sistema absurdo, e invariável governo de Portugal (...).⁴³

⁴¹ O Impostor Verdadeiro [Manuel Fernandes Tomás]. Carta do Compadre de Belém ao redactor do Astro da Lusitania dada à luz pelo Compadre de Lisboa. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, (1820) 2014, p. 93.

⁴² M. P. R. P. S. [Manuel Pinto Ribeiro de Sampaio]. Verdades sem rebuço. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 655.

⁴³ M. P. R. P. S. [Manuel Pinto Ribeiro de Sampaio], Verdades sem rebuço, (1822) 2014, p. 656.

No mesmo ano e na mesma cidade, publicava-se a “Analyse e confutação da primeira carta que dirigio a sua Alteza Real o Principe Regente Constitucional e Defensor Perpetuo dos Direitos do Brasil, o Campeão em Lisboa pelos Auctores do Regulador Brasilico-Luso”. Nela, de autoria anônima, seu autor, como estratégia textual de acusação, coloca na pena do Campeão de Lisboa a suposição do seguinte trecho:

Portugal seguiria outra marcha mui diversa, e a nação estaria concorde, em perfeita harmonia, em tranquilidade, gozando de novas Leis, de uma nova economia política, que mudando a triste perspectiva, que nessa época degradava esse povo, faria florente o seu comércio, e a sua navegação.⁴⁴

Em todas essas passagens, compartilha-se do diagnóstico de Cailhé de Geine. Mas, pese a que fosse quase unânime, não era impossível encontrar quem, permanecendo em torno do problema econômico, oferecesse um parecer distinto:

Portugal presentemente, atento ao estado, de população, de ciências, artes, armas, manufaturas, comércio, agricultura etc., importa mais, que o Brasil. Não me demorarei em prová-lo; isto conhece até o vulgo: só vós podereis negá-lo, meu Irmão, ou por ignorância vil, ou por uma má consciência, que por vosso papel mostrais gozar (...).⁴⁵

O recurso retórico⁴⁶ à desnecessidade da prova revela o quão difícil fazia-se negar, naquele início de século XIX, a situação de Portugal e de sua relação com o Brasil, conforme apresentada neste artigo. Qualquer que seja o caso, essa era uma das posições em que o jogo estava sendo jogado. No entanto, não apenas essa posição se opunha àquela defendida por Cailhé de Geine. Havia, por exemplo, quem concordasse com o diagnóstico, mas se afastasse da proposta extraída a partir dele por Cailhé de Geine, em face dos riscos da arbitrariedade:

Embora queiram os nossos inimigos comuns inculcar-nos que separados seriam mais seguros, e acelerados os nossos passos na carreira da

⁴⁴ Analyse e confutação da primeira carta que dirigio a sua Alteza Real o Principe Regente Constitucional e Defensor Perpetuo dos Direitos do Brasil, o Campeão em Lisboa pelos Auctores do Regulador Brasilico-Luso. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 392.

⁴⁵ Philodemo [J. Pinto da Costa e Macedo]. O despertador Brasiliense Refutado: Em Favor dos Povos. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 433.

⁴⁶ Sobre o uso e a relevância da retórica na literatura panfletária luso-brasileira do começo do século XIX, conferir CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. Introdução geral – A Independência do Brasil narrada pelos panfletos políticos. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 12-16.

prosperidade, ao menos comercial; nós lhes respondemos – que apesar de ser certo que a liberdade ilimitada das nossas relações comerciais concorra para a extensão da nossa indústria, e possa abismar o comércio de Portugal, quando rival do das mais Nações Europeias, porque então todos os Povos se classificariam em relação da sua indústria, comércio, e civilização tão invariavelmente, como as Castas do Oriente; contudo é preferível a limitação destas relações, e mesmo a sua diminuição e retardamento, quando acompanhados de independência, a uma prosperidade acelerada, que existe sob a tutela do poder arbitrário.⁴⁷

A percepção do problema econômico de fundo, todavia, não se limitava a uma descrição do estado miserável de Portugal ou de sua relação com o Brasil. Em meio a essas discussões, imiscuia-se a crítica ao sistema colonial e, conseqüentemente, a veemente oposição a qualquer medida que pudesse significar um retorno do Brasil à condição de colônia em que se encontrava antes de sua elevação a Reino Unido:

(...) sendo as Colônias obrigadas a mandar à Metrópole as coisas que lhe sobravam, para serem trocadas pelas que lhe faltavam, tinha esta os meios de dar a quantidade dos seus frutos, que bem lhe parecia, pela dos Colonos, que melhor lhe acomodavam, fazendo a necessidade a Lei, enquanto à qualidade; e ao mesmo tempo o de pagar-se por suas próprias mãos da transação, que só se faria por sua intervenção, dos produtos das mesmas Colônias pela indústria estrangeira, paga a que se chama Comissão, que é paga sem espinho. Se a Europa metesse em análise Química as mais belas coisas modernas que tem, os precipitados haviam de ser quase tudo matéria fosca, opaca, e catinguenta.⁴⁸

Na “Justa Retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros offendidos por varias asserções, que escreveo na sua Carta em resposta ao Compadre de Belem, pelo filho do Compadre do Rio de Janeiro, que a offerece, e dedica aos seus patricios”, Luís Gonçalves dos Santos, o famoso padre Perereca, descreve, com toda a força de seu estilo textual, a situação em que o Brasil ficara enquanto permanecera como colônia portuguesa:

(...) não podia comprar nem vender se não aos negociantes do Porto e de Lisboa; os seus Portos estavam cerrados a todos os Estrangeiros; não lhe eram permitidas fábricas, nem indústrias de qualidade alguma (...); nunca foi permitido ao Brasil agricultural outras produções, que não fossem as propriamente chamadas *coloniais* para ter extração e consumo à Europa, e as

⁴⁷ Philagiosotero [Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva]. Reflexões sobre o Decreto de 18 de fevereiro deste anno offerecidas ao Povo da Bahia por Philagiosotero. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1821) 2014, p. 275. Nessa passagem, é importante atentar-se para o fato de que independência não significa separação entre os países, mas libertação do despotismo governamental, o que, para seu autor, somente seria possível permanecendo o Brasil unido a Portugal.

⁴⁸ Tresgeminoscospopolitas [José Silvestre Rebelo], Carta ao redator da Malagueta, (1822) 2014, p. 454.

da Índia; enfim o sal, tão abundante em Cabo Frio, e outros lugares da Costa do Brasil, era defeso para unicamente comprarmos o de Portugal.⁴⁹

Do mesmo autor, não obstante publicada no ano anterior, a “Resposta analytica a hum artigo do Portuguez Constitucional em defesa dos direitos do Reino do Brasil, por hum Fluminense” dispensa qualquer comentário suplementar:

(...) todas as nossas misérias têm nascido do velho sistema colonial, da teima e obstinação com que os Portugueses da Europa têm insistido em acanhar, reprimir, e enfraquecer o Brasil por todos os meios, que dita o mais refinado maquiavelismo fazendo que o interesse de poucos prevaleça sobre os interesses da Nação em geral e da Humanidade. Ah! Meu rico Lisboaeta, o que Vossa Mercê pretende, o por que suspira, é dar um golpe de machado a raiz à prosperidade nascente do Brasil, inculcando por grande benefício nacional que pelas mãos dos negociantes de Lisboa passem outra vez as fazendas estrangeiras destinadas para o Brasil, e todos os efeitos da nossa agricultura e indústria, que os estrangeiros demandam.

(...)

Que blasfêmia política! Que diabólico conselho! Que infernal proposta! O Brasil tornar a ser colônia, fechar os seus Portos, perder a franqueza do comércio, repelir os estrangeiros, despojar-se dos seus direitos, da sua representação e dignidade, do Reino que é, reconhecido pelas Potências, tornar a ser colônia, feitoria, e conquista?⁵⁰

Esses excertos trabalhados até aqui demonstram a plausibilidade da afirmação de Caio Prado Júnior, para quem, dadas as posições objetiva de metrópole e colônia no início do século XIX, essas posições encarnavam-se nas posturas políticas que serão assumidas, no conjunto de eventos que culminarão com a Independência brasileira e com a outorga da Constituição de 1824, por comerciantes, em geral portugueses – ou portugueses europeus, antes da ruptura final –, e por senhores de terra, em geral brasileiros – ou portugueses do Brasil, até o ponto daquela ruptura⁵¹. Comerciantes, com interesse em readquirir o monopólio que assegurara por séculos os vultosos lucros de sua atividade, tendiam a defender a manutenção do Reino Unido entre Portugal e Brasil, com a retomada dos laços de comércio – tipicamente coloniais, segundo as passagens

⁴⁹ Luís Gonçalves dos Santos. Justa Retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros offendidos por varias asserções, que escreveo na sua Carta em resposta ao Compadre de Belem, pelo filho do Compadre do Rio de Janeiro, que a offerece, e dedica aos seus patrícios. Segunda edição correcta, e augmentada. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 744, destaques do original.

⁵⁰ Luís Gonçalves dos Santos. Resposta analytica a hum artigo do Portuguez Constitucional em defesa dos direitos do Reino do Brasil, por hum Fluminense. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, (1821) 2014, p. 286 e 288, respectivamente.

⁵¹ PRADO JÚNIOR, *Evolução Política do Brasil*, 2006, p. 40-44; 48-49.

acima – entre os dois, alterados desde a vinda da família real para o continente americano. Senhores de terra, ressentidos da dominação exclusiva do mercado de circulação de bens por comerciantes portugueses, que controlavam tanto a oferta de seus produtos para o mercado externo quanto a oferta de produtos do mercado interno para eles, senhores que constituíam o grosso do mercado interno colonial, posicionavam-se claramente contra toda ameaça de recolonização – o que, no limite, poderia implicar defender a separação entre Brasil e Portugal e a formação de um novo país, independente.

Mas, conquanto plausível, esse quadro de análise sugerido por Caio Prado Júnior não é nem de longe suficiente para o entendimento das linhas de tensão e de força que estarão presentes na primeira quadra do Oitocentos brasileiro.

Por um lado, a possibilidade da Independência trazia consigo, constantemente lembrado, o “medo do Haiti”, o medo de que o imenso contingente de escravos negros pudesse aproveitar-se da situação conturbada e levar a cabo algo semelhante ao que ocorrera em São Domingos no final do século antecedente:

Enfim acabarei em dizer que, a principal razão por que é preciso fazer sacrifícios é a crítica situação do Brasil com a imensidade de Negros; que ali abunda, e que uma vez irritados os Brasileiros possam por ultimo e desesperado recurso chamá-los a seu socorro, e reduzir-se aquele vasto e rico País ao estado da ilha de São Domingos.⁵²

Que direi da mui sobeja povoação Africana, que ameaçam, quando boa ocasião se ofereça por algum rompimento de guerra civil, de no Brasil representar a tragédia dos Espártacos de São Domingos: Que remédio haverá, que esse cancro mortal possa extirpar, quando até nos Estados Unidos, ao sentir de um insigne Geógrafo, é de mui difícil cura?⁵³

Temos por uma consequência necessária, que enquanto o Brasil necessitar de escravos, necessita de uma Potência Europeia, que lhe afiance a obediência destes escravos. Eis aqui um dos primeiros, e mais fortes obstáculos que se opõem a uma Independência absoluta.⁵⁴

⁵² H. J. d’Araujo Carneiro. Brasil e Portugal ou reflexões sobre o estado actual do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 349.

⁵³ J. B. da R. Exame critico do parecer que deu a comissão especial das Cortes sobre os negócios do Brazil. H. J. d’Araujo Carneiro. Brasil e Portugal ou reflexões sobre o estado actual do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 493.

⁵⁴ Francisco d’Alpuim de Menezes. Portugal e Brazil. Observações políticas aos últimos acontecimentos do Brazil. H. J. d’Araujo Carneiro. Brasil e Portugal ou reflexões sobre o estado actual do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 583.

Esse medo, talvez exagerado retoricamente com finalidades precisas, não era desprovido de fundamento. Não faltará durante o processo de ruptura jurídico-política entre Brasil e Portugal a participação de escravos que enxergavam naquele processo o prenúncio da liberdade, engajando-se voluntariamente na luta, inclusive armada, pela Independência.⁵⁵

Por outro lado, havia também o medo de que o país, de dimensões continentais, perdesse a unidade, fragmentando-se em um conjunto de republiquetas. Os ameaçadores exemplos das recém-independentes ex-colônias hispânicas nas Américas eram frequentemente trazidos à colação:

Eu sei enfim que o há assustar o exemplo da América Espanhola. Entretanto não posso deixar de confessar que os passos, que se vão dando a nosso respeito, não parecem tender a outro fim senão ao que receamos.⁵⁶

Quererá ver desatados para sempre os laços que se pretendem apertar, e reproduzidas no Brasil as cenas deploráveis, de que tem sido espantoso teatro as desgraçadas Colônias de Espanha? Províncias divididas em partidos, e assoladas pela guerra civil; cidades incendiadas; povoações inteiras exterminadas dos seus lares, acabando errantes e dispersas, sem achar asilo na sua miséria; e o crime apropriando-se impune os despojos da virtude e da inocência!⁵⁷

Esse risco de fragmentação territorial, além de valer por si só, relacionava-se ao medo de que a monarquia como instituição viesse a ser substituída, política e não só geograficamente, pela república. Para isso, tanto as novas repúblicas de antiga colonização espanhola quanto os Estados Unidos da América podiam servir como exemplaridade:

É muito factível que estas medidas opressivas despertem a alguns Brasileiros ideias Republicanas, a exemplo dos Americanos Ingleses, e Espanhóis nossos vizinhos, e uma vez que, se desenvolvam eis o Brasil dilacerado, dividido em partidos; porque está bem demonstrado que as Repúblicas são incompatíveis aos grandes Estados, e à maneira da América do Sul que experimentará o Brasil? Facções, guerra civil, Anarquia (...).⁵⁸

⁵⁵ Conferir MOREL, As transformações dos espaços públicos, 2005; KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 303-342.

⁵⁶ Dispertador Brasiliense. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1821) 2014, p. 122.

⁵⁷ Theodoro José Biancardi. Reflexões sobre alguns sucessos do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1821) 2014, p. 255.

⁵⁸ Hum Cidadão Brasileiro. Reflexões relativas aos decretos das Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa, em data de 29 de Setembro de 1821, offerecidas a Sua Alteza Real o

E ambos os temores – da fragmentação geográfica e da dissolução da monarquia em um regime republicano – relacionavam-se àquele outro pânico frente à possível revolta dos escravos, posto que a unidade territorial e a organização política monárquica estariam em melhores condições de assegurar a continuidade do escravismo:

Reduzido o Brasil a províncias, e desatado o nó central, cada uma delas fica apta para fazer uma revolução, sem que as outras lhe possam valer: o primeiro ambicioso, que se apresentar formará um partido, este atacará ao Governo local com um argumento infalível, que a organização do mesmo lhe fornecerá, isto é o maior, ou menor número de Brasileiros, ou Europeus de que ele se comporá, a questão da pátria será escrita nas bandeiras dos dois partidos, um deles será por força mais fraco, buscará auxílio nos Escravos! Ai! Coração mais caloso, que o meu, trace o resto do quadro!⁵⁹

Não havia, entretanto, só riscos que pesassem contra a Independência. Um dos fatores mais favoráveis a ela derivava exatamente da passagem acima descrita do modo de produção capitalista a uma nova etapa de seu curso de desenvolvimento: era a convicção de que os países europeus, precipuamente a Inglaterra, não se oporiam ao fim dos liames coloniais, nem se empenhariam ao lado de Portugal por sua restituição:

Por outra parte a Europa inteira, e principalmente Inglaterra, chegou a um grau de ilustração bastante para conhecer os erros que se cometeram na aquisição de colônias, e que não estão seus verdadeiros interesses em fazer guerra à América, nem menos em dominá-la; senão em participar em paz e boa harmonia de seus opulentos mercados.⁶⁰

(...) vós enfim conheceis perfeitamente que as Nações Europeias jamais quererão ligar-se aos Portugueses para vos oprimirem e pôr-vos outra vez em Colônia, pois que seu maior interesse consiste em poderem elas francamente comerciar convosco.⁶¹

Príncipe Regente do Brasil, o Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 607.

⁵⁹ Tresgeminoscospolitas [José Silvestre Rebelo], Carta ao redator da Malagueta, (1822) 2014, p. 456-457.

⁶⁰ Tradução livre de: “Por otra parte la Europa entera, y principalmente Inglaterra, ha llegado a un grado de ilustración bastante para conocer los errores que se han cometido en la adquisición de colonias, y que no estan sus verdaderos intereses em hacer guerra a la América, ni menos em dominarla; sino em participar en paz y buena armonia de sus opulentos mercados.” Carta escrita á un americano sobre la forma de gobierno que para hacer practicable la Constitution y las leyes, conviene establecer em Nueva-España atendida su actual situacion. Con observaciones del editor.” In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, (1821) 2014, p. 227.

⁶¹ João Gualberto Pereira. Incontestaveis reflexões, que hum Portuguez Europeo offeresse aos sentimentais Brasileiros sobre seus interesses a face do presente. In: CARVALHO, José Murilo;

VI – Considerações finais

Não é difícil perceber como a pluralidade de posições em torno da possibilidade da Independência do Brasil matizava, em variada escala, o quadro categorial proposto por Caio Prado Júnior. É diante dessa matização necessária que ganha relevância a chamada “nova história política”, capitaneada sobremaneira por estudiosos ligados epistêmica e metodologicamente à histórica conceitual koselleckiana e ao chamado Enfoque Collingwoodiano⁶². Ambas as perspectivas, hoje bastante difundidas na historiografia brasileira, ao darem uma atenção especial às linguagens e aos conceitos políticos da época, conseguem captar nuances que passam despercebidos frente ao enfoque predominantemente econômico de Caio Prado Júnior e de Fernando Novais. Não obstante, essa pluralidade de posições no interior do tenso processo que culminaria na ruptura entre Brasil e Portugal somente adquire sua condição de possibilidade e seu sentido adequado se for situada de volta no quadro objetivo de fundo em que a trama política estava envolta. Delinear a moldura geral desse quadro objetivo foi precisamente o que busquei fazer no presente artigo.

Tanto esse quadro objetivo quanto as variadas posições políticas que emergirão possibilitadas por ele serão variáveis indispensáveis para que a Constituição de 1824 consolide jurídica e politicamente a Independência do Brasil, configurando-se como uma Constituição tipicamente moderna e inaugurando a história constitucional brasileira⁶³.

VII – Fontes históricas

Analyse e confutação da primeira carta que dirigio a sua Alteza Real o Principe Regente Constitucional e Defensor Perpetuo dos Direitos do Brasil, o Campeão em Lisboa pelos Auctores do Regulador Brasilico-Luso. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 386-411.

BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 508.

⁶² Conferir, dentre muitos outros disponíveis, os textos citados na nota de rodapé número 3.

⁶³ Conferir GOMES, A Constituição de 1824 e O Problema da Modernidade, 2016.

Carta escrita á un americano sobre la forma de gobierno que para hacer practicable la Constitution y las leyes, conviene establecer em Nueva-España atendida su actual situacion. Con observaciones del editor.” In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência* (1820-1823). v. 1. Belo Horizonte: UFMG, (1821) 2014, p. 221-239.

Dispertador Brasiliense. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência* (1820-1823). v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1821) 2014, p. 120-125.

Francisco d’Alpuim de Menezes. Portugal e Brazil. Observações politicas aos últimos acontecimentos do Brazil. H. J. d’Araujo Carneiro. Brasil e Portugal ou reflexões sobre o estado actual do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência* (1820-1823). v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 575-586.

H. J. d’Araujo Carneiro. Brasil e Portugal ou reflexões sobre o estado actual do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência* (1820-1823). v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 344-356.

Hum Cidadão Brasileiro. Reflexões relativas aos decretos das Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa, em data de 29 de Setembro de 1821, offerecidas a Sua Alteza Real o Principe Regente do Brasil, o Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência* (1820-1823). v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 603-609.

J. B. da R. Exame critico do parecer que deu a commissão especial das Cortes sobre os negócios do Brazil. H. J. d’Araujo Carneiro. Brasil e Portugal ou reflexões sobre o estado actual do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência* (1820-1823). v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 488-497.

João Gualberto Pereira. Incontestaveis reflexões, que hum Portuguez Europeo offeresse aos sentimentais Brasileiros sobre seus interesses a face do presente. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência* (1820-1823). v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 505-509.

Le Roy et la Famille Royale de Bragance doivent-ils; dans les circonstances presentes, Retourner en Portugal, ou bien Rester au Brésil? In: CARVALHO, José Murilo;

BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1820) 2014, p. 38-47.

Luís Gonçalves dos Santos. Justa Retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros offendidos por varias asserções, que escreveo na sua Carta em resposta ao Compadre de Belem, pelo filho do Compadre do Rio de Janeiro, que a oferece, e dedica aos seus patrícios. Segunda edição correcta, e augmentada. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 739-764..

Luís Gonçalves dos Santos. Resposta analytica a hum artigo do Portuguez Constitucional em defesa dos direitos do Reino do Brasil, por hum Fluminense. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, (1821) 2014, p. 280-303, respectivamente.

M. P. R. P. S. [Manuel Pinto Ribeiro de Sampaio]. Verdades sem rebuço. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 648-660.

O Impostor Verdadeiro [Manuel Fernandes Tomás]. Carta do Compadre de Belém ao redactor do Astro da Lusitania dada à luz pelo Compadre de Lisboa. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, (1820) 2014, p. 91-105.

Philagiosotero [Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva]. Reflexões sobre o Decreto de 18 de fevereiro deste anno offerecidas ao Povo da Bahia por Philagiosotero. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1821) 2014, p. 268-275.

Philodemo [J. Pinto da Costa e Macedo]. O despertador Brasiliense Refutado: Em Favor dos Povos. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 431-435.

Theodoro José Biancardi. Reflexões sôbre alguns successos do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra*

Literária: panfletos da Independência (1820-1823). v. 2. Belo Horizonte: UFMG, (1821) 2014, p. 240-261.

Tresgeminoscsmopolitas [José Silvestre Rebelo]. Carta ao redator da Malagueta. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária*: panfletos da Independência (1820-1823). v. 1. Belo Horizonte: UFMG, (1822) 2014, p. 448-462.

VIII – Referências bibliográficas

ARAÚJO, Valdeí Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008.

CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. Introdução geral – A Independência do Brasil narrada pelos panfletos políticos. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária*: panfletos da Independência (1820-1823). v. 1. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 11-46.

CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. Introdução ao volume 2. In: CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra Literária*: panfletos da Independência (1820-1823). v. 2. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 11-22.

CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. *Às armas, cidadãos!* – Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira da (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 181-205.

FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4a. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

GOMES, David F. L. Gomes. *A Constituição de 1824 e O Problema da Modernidade: O Conceito Moderno de Constituição, A História Constitucional Brasileira e A Teoria da Constituição no Brasil*. Tese (doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2016.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 137-173.

- KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 303-342.
- MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política*. L. 1, O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política*. L. II, O processo de circulação do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura e política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan.: FAPERJ, 2003.
- NOVAIS, Fernando. Entrevista. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. Entrevista com Fernando Novais e posfácio de Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 411-418.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 9a. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. Entrevista com Fernando Novais e posfácio de Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.